

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Diretoria de Assistência ao Plenário



**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
DE 02 DE FEVEREIRO A 22 DE DEZEMBRO DE 2023
27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(II)**

ORDEM DO DIA

PARA O DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023

QUARTA – FEIRA

ANTECIPADA DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2023

PARA O DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2023

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 545/21

AUTORIA DOS DEPUTADOS TERCÍLIO TURINI, ALEXANDRE CURI, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, ADEMAR TRAIANO, EVANDRO ARAUJO, ANIBELLI NETO E MARIA VICTORIA.

ALTERA A LEI Nº 9.491, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1990, QUE ESTABELECE CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DOS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 319/22

AUTORIA DO DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA.

ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS CONFORME ESPECIFICA NA LEI Nº 19.595, DE 12 DE JULHO DE 2018, QUE INSTITUI BENEFÍCIOS PARA INCENTIVAR O APROVEITAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PRODUZIDA POR MICROGERADORES E MINIGERADORES DE ENERGIA DISTRIBUÍDA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1012/23.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 198/2023.

INSTITUI O CÓDIGO DISCIPLINAR DA POLICIA CIVIL DO PARANÁ.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1015/23.

AUTORIA DEPUTADA MARCIA HUÇULAK E DEPUTADO HUSSEIN BAKRI.

ALTERA A LEI Nº 21.242, DE 23 DE SETEMBRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA, POR MEIO DA PUBLICAÇÃO DA INTERNET, DO QUANTITATIVO DOS PACIENTES QUE AGUARDAM POR CONSULTAS, EXAMES, INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS E OUTROS PROCEDIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE E DE INSTITUIÇÕES PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1018/23.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 201/2023.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ — IAPAR-EMATER, A EFETUAR A DOAÇÃO, AO MUNICÍPIO DE PRIMEIRO DE MAIO, DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA.

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1019/23.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 202/2023.

ESTABELECE OS REQUISITOS E AS CONDIÇÕES PARA QUE A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO E OS DEVEDORES OU AS PARTES ADVERSAS REALIZEM TRANSAÇÃO RESOLUTIVA DE LITÍGIO RELATIVO A CRÉDITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA OU NÃO TRIBUTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO ESTADO DO PARANÁ.

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1021/23.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 204/2023.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 11.713, DE 7 DE MAIO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE AS CARREIRAS DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ, DISPÕE SOBRE O PLANTÃO DOCENTE E PLANTÃO DOCENTE DE SOBREAVISO NO ÂMBITO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1022/23.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 205/2023.

ALTERA DISPOSITIVOS DE LEIS AFETADAS PELA REFORMA ADMINISTRATIVA PROMOVIDA PELA LEI Nº 21.352, DE 1º DE JANEIRO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BÁSICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1023/23.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 206/2023.

ALTERA A LEI Nº 11.580, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996, QUE TRATA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, A LEI Nº 14.260, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE ESTABELECE NORMAS SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PERTINENTE AO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA, E A LEI COMPLEMENTAR Nº231, DE 17 DE DEZEMBRO 2020, QUE ESTABELECE NORMAS DE FINANÇAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A QUALIDADE E A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PARANÁ E CRIA O FUNDO DE RECUPERAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO FISCAL DO PARANÁ.

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1031/23.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 208/2023.

ALTERA A LEI Nº 10.898, DE 22 DE AGOSTO DE 1994, QUE CRIA O FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO FISCO E ESTABELECE CRITÉRIOS QUANTO AO SEU FUNCIONAMENTO.